

Uma avaliação sobre o desempenho geoeconômico da região sul do Brasil pós-2003

Carlos José Espíndola 
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Resumo: A região Sul do Brasil, composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, desenvolveu diferentes atividades produtivas que não mediram esforços para sua inserção na divisão territorial do trabalho. Este artigo visa traçar, com base em indicadores selecionados, uma avaliação do desempenho geoeconômico da região Sul do Brasil, pós-2003, na economia nacional e internacional. Metodologicamente, optou-se pela abordagem exploratória, por meio de levantamento bibliográfico e documental referente à temática exposta. Buscaram-se, ainda, dados estatísticos em fontes primárias e secundárias, que auxiliaram na análise quantitativa e qualitativa do desempenho dos indicadores geoeconômicos. O resultado final demonstra uma dinâmica diferencial cíclica da estrutura produtiva da região Sul do Brasil e de suas unidades federadas em relação à dinâmica nacional.

Palavras-chave: Região Sul do Brasil; Desempenho Geoeconômico; Atividades Produtivas.

An assessment of the geoeconomic performance of the southern region of Brazil post-2003

Abstract: The Southern region of Brazil, comprising the states of Paraná, Santa Catarina and Rio Grande do Sul, has developed different productive activities that have spared no effort to be included in the territorial division of labor. This article aims to assess, based on selected indicators, the geoeconomic performance of the Southern region of Brazil, post-2003, in the national and international economy. Methodologically, an exploratory approach was chosen, through a bibliographic and documentary survey related to the exposed theme. Statistical data were also sought in primary and secondary sources, which helped in the quantitative and qualitative analysis of the performance of the geoeconomic indicators. The final result demonstrates a differential cyclical dynamic of the productive structure of the Southern region of Brazil and its federated units in relation to the national dynamics.

Keywords: Southern region of Brazil; Geoeconomic Performance; Productive Activities.

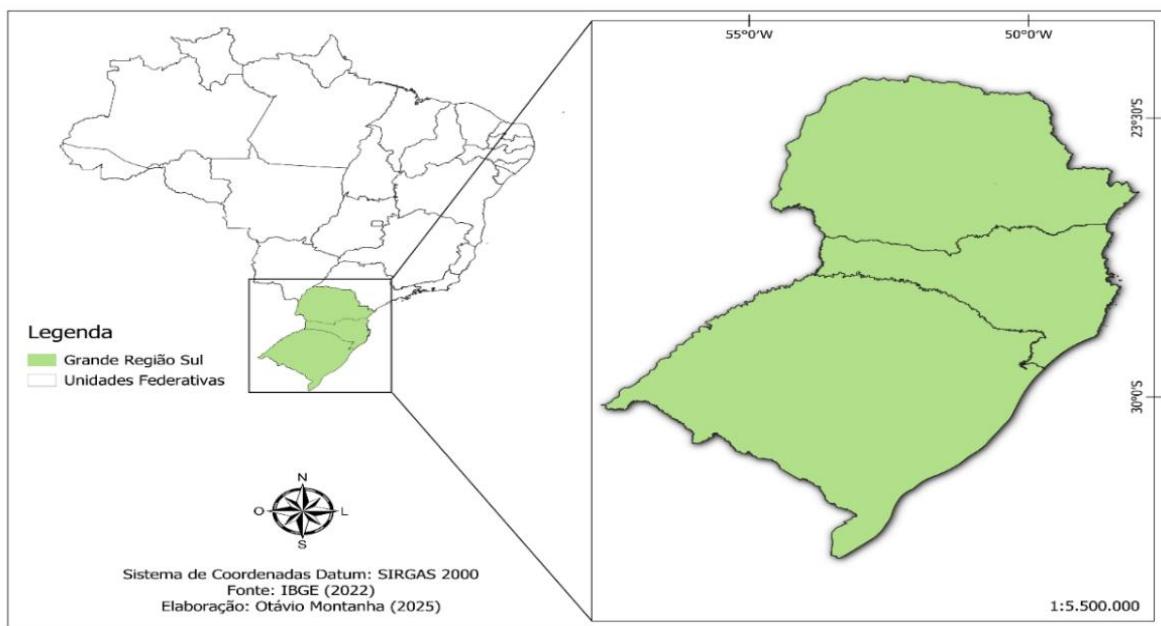
1. Introdução

A região Sul do Brasil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é composta pelos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, conforme Figura 1. Em uma área territorial de 576,3 mil km² e uma população de 29,8 milhões de habitantes, o que representa 14,1% da população brasileira e 6,7% da área do território nacional, apresentou, em 2024, um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 1,9 trilhões, cerca de 16,2% do PIB total brasileiro (IBGE 2025).

Desde o século XVII, diferentes formas de ocupação da região Sul do Brasil engendraram uma diversidade de atividades produtivas, as quais transformaram a área em verdadeiras aglomerações produtivas regionais e locais (Espíndola, 2016). Essas estruturas

produtivas inseriram-se, de forma agressiva, na divisão nacional e internacional do trabalho. Entre 1970 e 1995, o Sul do Brasil foi a região que mais pontos percentuais ganhou nos dois períodos, passando de 12% em 1970 para 16,7% em 1985, e para 18,15% em 1995 (IBGE, 1999). Nos anos de 1990, as estruturas produtivas do Sul do Brasil passaram por uma profunda reestruturação técnico-econômica (IPARDES, 2004; Espíndola, 2018; Acurso, 2000). Os resultados da década de 1990 indicam que a região Sul aumentou sua participação no PIB nacional, passando de 16,2% em 1996 para 16,5% em 2000.

Figura 1: A região Sul do Brasil.



A economia brasileira apresentou movimentos cíclicos nos seus indicadores econômicos a partir de 2003. Entre 2003 e 2020, a economia brasileira passou por dois períodos distintos em termos de desempenho, que se manifestaram nos indicadores econômicos do Produto Interno Bruto (PIB). Enquanto entre 2003 e 2011 a economia brasileira apresentou uma taxa média anual de crescimento do PIB de 4,0%, entre 2012 e 2020 a taxa de crescimento foi de (-) 0,12%. Esse desempenho afetou diretamente a economia da região Sul do Brasil. Diante do exposto, o objetivo do texto é avaliar o desempenho geoeconômico da região Sul do Brasil pós-2003.

2. Materiais e métodos

Para a realização do texto optou-se pela abordagem exploratória (Gil, 1994), por meio de levantamento bibliográfico e documental referente à temática exposta, em artigos

publicados, teses e livros. O desempenho da economia foi realizado a partir de certos indicadores, como, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB), o Valor Bruto da Produção (VBP), o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI), o Valor Adicionado Bruto (VAB), o Valor da Transformação Industrial (VTI), entre outros. Esses indicadores foram obtidos através de levantamentos estatísticos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e serão analisados a partir das atividades agropecuárias, industriais (extrativa e de transformação) e de serviços. Buscaram-se, ainda, dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

3. Resultados e discussões

3.1 Movimentos cíclicos do PIB brasileiro e da região Sul do Brasil pós-2003

A economia brasileira apresentou uma taxa de crescimento do PIB que variou, entre 2001 e 2003, de 1,4% para 1,1%, respectivamente. Entretanto, a partir de 2003, a taxa de crescimento do PIB brasileiro elevou-se de forma significativa, conforme o Gráfico 1. Nele, pode-se perceber que a economia brasileira, entre 2003 e 2022, passou por dois períodos distintos em termos de desempenho, o que se manifestou nos indicadores econômicos. Enquanto entre 2003 e 2011 apresentou uma taxa média anual de crescimento de 4,0%, entre 2012 e 2020 foi de (-) 0,12%. Excetuando-se o ano de 2009, decorrente da crise financeira mundial de 2007/08, os demais anos entre 2003 e 2011 apresentaram taxa de crescimento anual do PIB positiva.

Gráfico 1: Taxa de crescimento anual do PIB (%)



Fonte: IBGE (2021).

A economia brasileira recuperou-se em 2010, apresentando uma taxa de crescimento do PIB de 7,5%. Contudo, a taxa de variação do crescimento do PIB despencou de 4,0% em 2011 para 1,9% em 2012. A queda, iniciada em 2011, conforme gráfico, acentua-se em 2015 e 2016,

com taxas negativas de (-) 3,4%¹. Essa queda vai na contramão da economia mundial, que cresceu 3,4% em 2015 e 3,2% em 2016.

Entre 2012 e 2019, a taxa média de crescimento anual do PIB brasileiro foi de 0,4. A pandemia de COVID-19 causou uma grande desaceleração da economia nacional com uma taxa de crescimento (-) 4,1%. A recuperação da economia manifestou-se no ano de 2021, com um crescimento de 5,0%. Contudo, o ano de 2022 apresentou uma queda desses indicadores, com uma taxa de crescimento anual de 2,9% para a economia brasileira.

O conjunto da economia da região Sul do Brasil apresentou, entre 2003 e 2021, um crescimento do PIB de 531,5%, passando de R\$ 293,3 bilhões para R\$ 1,5 trilhão. A economia da região, fortemente atrelada à política econômica e ao cenário econômico nacional, refletiu o mesmo nos pós-2003 e pós-2011. Assim, enquanto entre 2003 e 2011 o PIB cresceu 2,3 vezes, entre 2011 e 2021 foi da ordem de 2,2 vezes. Ressalta-se que, mesmo na reversão do ciclo brasileiro, a partir de 2011 o PIB da economia regional apresentou uma certa estabilidade.

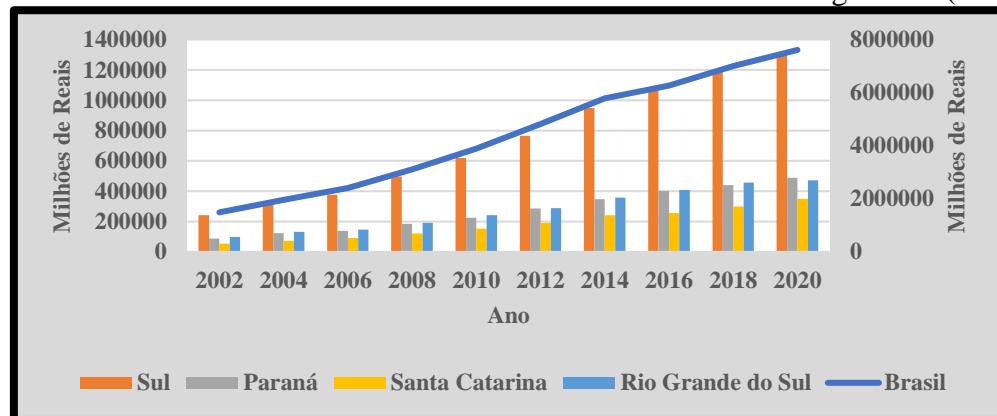
A recessão brasileira dos anos de 2015 e 2016 resultou em uma queda do PIB regional em torno de (-) 4,1%. Essa queda foi superior ao Centro-Oeste (-) 2,1%, Regiões Norte (-) 2,6%, Nordeste (-) 3,4% e Sudeste (-) 3,8%. Já em 2016, o PIB da região Sul apresentou uma taxa de crescimento negativa em torno de (-) 2,4%. Esse resultado foi superior à queda da região Sudeste 3,3% e das regiões Norte e Nordeste, que apresentaram taxa de (-) 4,6% e Centro Oeste (-) 2,6%.

Após dois anos consecutivos de queda, o PIB do Brasil e da região sul voltou a crescer 1,3% e 2,4%, respectivamente (IBGE, 2017). Em 2018, o PIB da economia brasileira apresentou uma taxa de crescimento de 1,8%, e a região Sul do Brasil cresceu 2,1%, ficando atrás apenas da região Norte (3,4%) e Centro-Oeste (2,2%). A emergência da pandemia agravou ainda mais o desempenho da economia brasileira e da região Sul, que foi de 1,1%. Já em 2020, o PIB total do Brasil cresceu a taxas negativas de 3,3%, e em 2021 o PIB da economia brasileira cresceu 4,6%. Por sua vez, em 2020, o PIB da Região Sul teve uma queda, 4,2% em volume, a maior entre as regiões do Brasil. Em contrapartida, em 2021 o crescimento do PIB regional foi de 6,5%. Em termos gerais, entre 2001 e 2024, enquanto o PIB brasileiro cresceu 2,3%, a região Sul cresceu 2,0%. A evolução do PIB da região Sul manteve-se abaixo do PIB nacional ao

¹ Serrano e Summa (2015) afirmam que a reversão do ciclo brasileiro, a partir de 2011, foi causada por alterações na orientação da política econômica brasileira, e por mudanças da situação externa. Lacerda (2017) ressalta, ainda, que, internamente, ocorreu uma combinação de fatores, como: a) ajuste fiscal, que implicou em cortes de gastos; b) o aumento da taxa básica de juros (Selic); c) impacto da retração chinesa e a queda nos preços das *commodities*; e d) a operação Lava Jato, que paralisou os investimentos de setores-chave da economia (petróleo, gás, grandes obras de infraestrutura).

longo de quase todo o período 2001-2024 (Trece, Considera, Kelly, 2025). Esse desempenho é fruto das variações das unidades federativas que compõem a região Sul, conforme pode ser verificado no Gráfico 2. Entre 2003 e 2021, o PIB do estado de Santa Catarina passou de R\$ 64 bilhões para 428,5 bilhões, perfazendo um crescimento da ordem de 6,6%, contra 4,9% do estado do Paraná, que passou de R\$ 110 bilhões para R\$ 549,9 bilhões. Por sua vez, o Rio Grande do Sul apresentou um crescimento da ordem de 4,8%, passando de R\$ 119,3 bilhões para R\$ 581,2 bilhões no mesmo período.

Gráfico 2: Produto Interno Bruto das unidades federativas da região Sul (2002-2020)



Fonte: IBGE, 2023.

A exemplo da dinâmica da economia brasileira, entre 2003 e 2011, enquanto o estado catarinense apresentou um crescimento do PIB de 2,7%, com um valor de R\$174 bilhões, o crescimento do Paraná foi de 2,3%, apresentando um valor total de R\$ 257,1 bilhões. O estado do Rio Grande do Sul cresceu 2,2%, com R\$R\$ 265 bilhões. Já no período 2011-2021, Santa Catarina cresceu 2,4%, contra 2,1% do Paraná e 2,1% do Rio Grande do Sul.

Na análise do crescimento médio do PIB entre 2001 e 2024, observa-se que o PIB de Santa Catarina cresceu 2,5% ao ano, tendo sido o único estado da região Sul que cresceu mais do que o do Brasil. Por sua vez, o crescimento médio do PIB do Rio Grande do Sul, entre 2001 e 2024, foi de 1,5% ao ano, tendo sido o único estado da região Sul que cresceu alcançando a taxa média inferior a 2% ao ano no período.

O crescimento do PIB de Santa Catarina representou, em 2021, 27,5% de participação no PIB regional, contra 35,5% do estado do Paraná e 37,5% do Rio Grande do Sul. Ressalte-se que, entre 2003 e 2021, diminui a participação dos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul. O estado do Rio Grande do Sul, em 2002, respondia por 40,9% do PIB da região, e em 2022 passou para 35,5%, enquanto o Paraná passou de 36,5% para 37,7%, no mesmo período. Por sua vez, Santa Catarina aumentou em 5,3 pontos percentuais a participação entre 2002 e 2022

(Trece, Considera, Kelly, 2025). Essas dinâmicas cíclicas dos indicadores do PIB são decorrentes dos desempenhos diferenciados das atividades geoeconômicas, como a agropecuária, a indústria e os serviços.

3. 2 A dinâmica regional das atividades econômicas

A economia brasileira, em 2023, apresentou um Valor Adicionado Bruto (VAB) da ordem de R\$ 9,5 trilhões, um crescimento de 23,3% em relação ao ano de 2021, que gerou R\$ 7,7 trilhões. No sul do Brasil, o VAB, em 2021, foi de R\$ 1,3 trilhões, sendo 37,9% de participação do Rio Grande do Sul e 35,8% de participação do Paraná. Esses recursos gerados são fruto do desempenho das atividades da agropecuária, industriais e de serviços. Em 2023, enquanto a agropecuária teve uma taxa de crescimento de (-)3,2%, a indústria apresentou um crescimento de 3,3%, contra 3,7% do setor de serviços.

3. 2.1 A dinâmica regional da Agropecuária pós 2003

A agropecuária brasileira apresentou, em 2023, um o Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 1,267 trilhão, sendo 72,9% correspondente às lavouras e 32,6% à pecuária. Enquanto nas lavouras 35,5% corresponde à produção de soja, 14,9% diz respeito à produção de milho. Na pecuária, do total gerado, 39,8% advém da produção bovina, 24,9% refere-se à produção de frango e 13,2% à produção de suínos (SEAPA, 2025). Em termos de Valor Adicionado Bruto (VAB) a agropecuária brasileira apresentou em 2021, um valor de R\$ 591 bilhões. Um crescimento de 5,5 vezes, sendo que entre 2003-2011 cresceu 1,7 vezes contra 3,1 vezes entre 2011 a 2021.

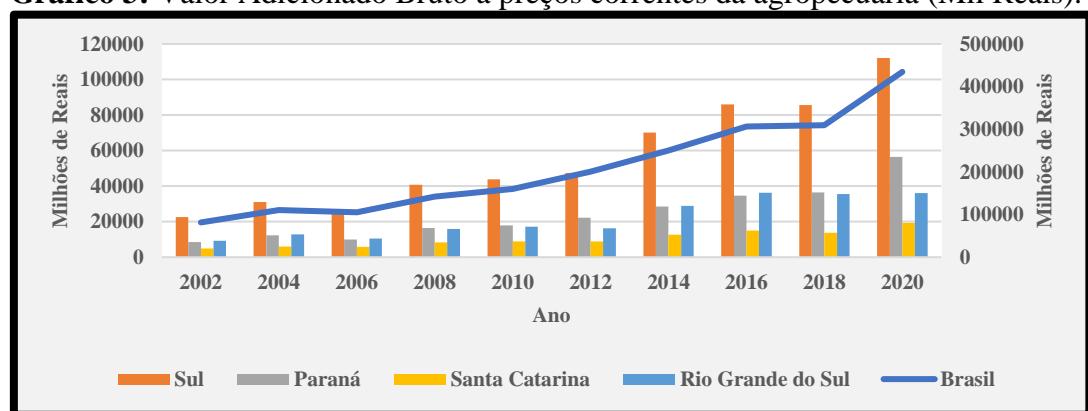
A região sul do Brasil apresentou, em 2023, um VBP da agropecuária de R\$ 306,9 bilhões, o que representa 24,2% do total brasileiro. Do valor total produzido, 35% é oriundo da pecuária e 55% é de responsabilidade da produção agrícola. Do total gerado, 50,9% advém da geração do valor do estado do Paraná, contra 30,9% do Rio Grande do Sul e 18 % de Santa Catarina.

Em termos de Valor Adicionado Bruto, a agropecuária brasileira apresentou, em 2021, um valor de R\$ 591 bilhões, um crescimento de 5,5 vezes, sendo que, entre 2003 e 2011, cresceu 1,7 vezes, contra 3,1 vezes entre 2011 a 2021. Na agropecuária, a região Sul do Brasil apresentou uma geração de R\$ 123,3 bilhões, o que corresponde a 21,2% do total gerado na agropecuária brasileira, que foi de R\$ 581,3 bilhões. Do total gerado na região sulina, R\$ 55,7 bilhões são de responsabilidade do Paraná, R\$ 44,4 bilhões do Rio Grande do Sul e R\$ 23,1

bilhões do estado de Santa Catarina. Essa significativa participação se explica pela presença de alguns dos maiores agronegócios na região, como, por exemplo, soja, milho, suínos e aves.

Ressalte-se que, em 2003, o VAB gerado na agropecuária do Sul do Brasil era de R\$ 26,9 bilhões, o que correspondia a 25,4% do total da agropecuária brasileira. Contudo, desde 2002, excetuando o ano de 2006, a agropecuária do Sul do Brasil vem apresentando um crescimento contínuo, conforme demonstra o Gráfico 3. Enquanto o VAB da agropecuária brasileira passou de R\$ 81,5 bilhões em 2002 para R\$ 434,6 bilhões em 2020, o VAB da região Sul passou de R\$ 22,5 bilhões para R\$ 112 bilhões, no mesmo período, conforme demonstra o Gráfico 3.

Gráfico 3: Valor Adicionado Bruto a preços correntes da agropecuária (Mil Reais).



Fonte: IBGE, 2023.

No ano de 2006, o Valor Adicionado Bruto (VAB) agropecuário da região Sul do Brasil foi de R\$ 26,3 bilhões, contra R\$ 31 bilhões em 2004². Por sua vez, no Brasil, o crescimento do VAB da agropecuária entre 2005 e 2006 foi da ordem 4,2%, passando de R\$ 100,9 bilhões para R\$ 105,2 bilhões.

Em termos gerais, entre 2001 e 2024, a taxa de variação média da agropecuária da região Sul do Brasil foi de 2,3%, contra 3,4% do Brasil. Já entre 2012 e 2021, a taxa regional foi de 4%, contra 3,1% do Brasil (Trece, Considera, Kelly, 2025). No conjunto dos agronegócios brasileiros, os dados do CEPEA (2023) demonstram que o PIB do agronegócio brasileiro a preços correntes passou de R\$ 523,6 bilhões em 2003 para R\$ 2,5 trilhões em 2023, um

² No ano de 2005, o setor agrícola brasileiro interrompeu uma trajetória de crescimento ao redor de 5%, que vinha desde 2001 (CEPEA, 2023). Na Região Sul, no ano de 2005, a estiagem resultou em uma produção de cereais, leguminosas e oleaginosas 21% menor que a do ano anterior, quando já havia encolhido 17%. A produtividade foi 14,4% menor e resultou numa safra de 38,8 milhões de toneladas. A redução deveu-se a problemas climáticos, mas também a uma redução, estimada em 7,5%, na área destinada a esses produtos (EPAGRI/ICEPA, 2005).

crescimento de 4,7 vezes, enquanto no primeiro período, 2003-2011, o PIB cresceu 1,7 vez, contra 2,6 vezes entre 2012 e 2020, quando passou de R\$ 921,4 bilhões para R\$ 1,978 trilhão.

Além da importância do setor agropecuário, a indústria constitui-se em um dos mais significativos setores na promoção do crescimento do PIB, no aumento da produção, na criação de economias de escala, na expansão da divisão social e territorial do trabalho e no crescimento da produtividade da economia, além de promover os encadeamentos para frente e para trás com outros setores produtivos (Laplane, 2010).

3.2.2 A dinâmica regional da indústria pós 2003

A estrutura industrial brasileira apresentou, em 2021, um Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) de R\$ 6,0 trilhões, sendo 87,7% correspondente à indústria de transformação e 14% à indústria extrativa. Em termos de VAB, a indústria brasileira apresentou um crescimento de R\$ 334,9 bilhões em 2002 para R\$ 1,4 trilhões em 2020, conforme Gráfico 4, um crescimento de 4,4 vezes, contra um crescimento de 4,7 vezes da indústria do Sul do Brasil, que passou de R\$ 60,5 bilhões para R\$ 284,5 bilhões, no mesmo período.

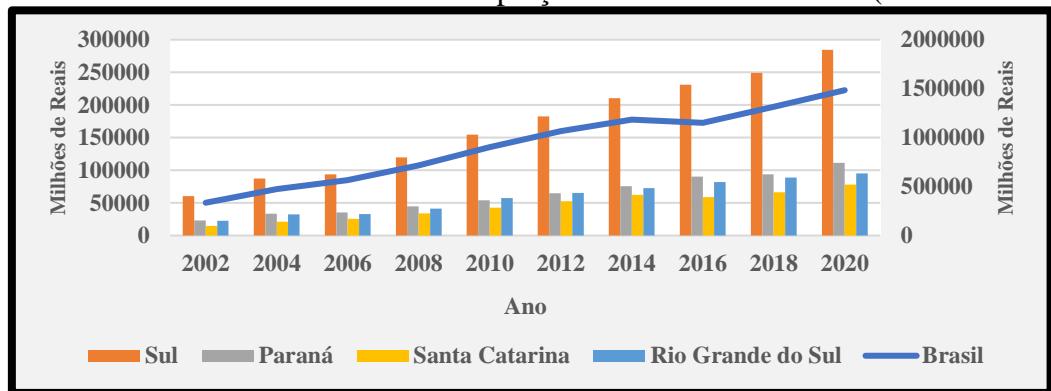
A exemplo da economia brasileira, a indústria apresentou dois momentos em termos de VAB. Enquanto entre 2003 e 2011 as taxas de crescimento da indústria passaram de 0,1% em 2003 para 4,1% em 2011, entre 2012 e 2020 as taxas reduziram 0,7 e 3,5%, respectivamente. O Valor Adicionado Bruto (VAB) da indústria de transformação, em 2003, foi de R\$ 248,2 bilhões, e em 2011 foi de R\$ 515,7 bilhões, um crescimento de duas vezes. Em contrapartida, cresceu apenas 1,5 vez entre 2011 e 2020, passando para R\$ 813,6 bilhões³. Os dados contidos no Gráfico 4 demonstram que o VAB da indústria brasileira entre 2014 e 2016 teve uma queda de 3%, reflexo da recessão brasileira.

Entre 2002 e 2021, o VAB da indústria extrativa passou de R\$ 25,7 bilhões para R\$ 424 bilhões, e o VAB da indústria de transformação passou de R\$ 183,9 bilhões para R\$ 1 trilhão de reais. Contudo, a indústria de transformação brasileira vem perdendo participação no VAB total. Em 2002, representava 14,4%, e em 2021 representava 13,8% de participação. A indústria

³ Em termos de produção o desempenho da indústria de transformação brasileira, o período 2002-2019 “está caracterizado por três fases. A primeira, entre 2002 e 2008, foi de acelerado crescimento. Nesse período, o volume de produção cresceu a uma taxa média anual de 3,7%. Já a segunda fase iniciou com a crise de 2009, e se estendeu até 2013. Esta fase foi caracterizada pela estagnação no volume de produção, com uma taxa média anual de crescimento de 0,6%. Já a terceira fase iniciou em 2014 e se mantém até o presente momento. Ao final de 2019, o volume de produção da IT brasileira foi 16,0% inferior ao seu pico, em 2013, e somente 7,7% superior ao volume de 2002” (Contri, 2021, p. 05).

de transformação no Brasil vem, desde os anos 1980, perdendo em participação na geração do VAB. Entre 1986 e 2000, a participação da indústria de transformação na geração do VAB reduziu de 32% para 14,6% (Nassif, et al, 2015)⁴.

Gráfico 4: Valor Adicionado Bruto a preços correntes da indústria (Milhões de Reais)



Fonte: IBGE, 2022.

Verifica-se, no gráfico 3, comportamentos diferenciados. Enquanto em Santa Catarina o VAB total da indústria cresceu 5,2 vezes, passando de R\$ 14,7 bilhões em 2002 para 78,1 bilhões em 2020, o Paraná cresceu 4,7 vezes, alcançando um valor gerado de R\$ 111 bilhões em 2020. Já o Rio Grande do Sul cresceu 4,2 vezes, passando de R\$ 22,4 bilhões para R\$ 95,2 bilhões.

Com base nos dados do IBGE (2022), percebe-se uma queda de participação do Rio Grande do Sul na geração do VAB da indústria. Em 2002, Santa Catarina participava com 24,3% do total gerado no sul do Brasil, contra 38,5% de participação do Paraná e 37,0% de participação do Rio Grande do Sul. Por sua vez, em 2020, 38,9% era de participação do Paraná, 27,4% de Santa Catarina e 33,4% do Rio Grande do Sul.

Essa perda de participação do Rio Grande do Sul na geração do VAB industrial regional se apresentou na indústria de transformação, que teve sua participação reduzida de 39,8% em 2002 para 34,8% em 2020. Na indústria extrativa, sua participação reduziu de 28,9% para 24,8%, no mesmo período. Chama atenção, entre 2002 e 2021, a perda de participação da indústria de transformação do Rio Grande do Sul no VAB total brasileiro, regional e no VAB da indústria nacional. Assim, se em 2002 a participação da indústria de transformação do Rio Grande do Sul era de 8,6%, foi para 8,4% em 2021, justamente na contramão da indústria

⁴ “Embora a perda de participação da manufatura no PIB seja um fenômeno generalizado na maioria dos países industrializados, os níveis de queda brasileiros indicam ou comprovam um processo de desindustrialização precoce e acentuado” (Diniz, 2019, p. 252). Para Oreiro e Feijó (2010), a desindustrialização decorre da perda de importância em termos de emprego e valor adicionado.

paranaense, que cresceu de 6,8% para 7,7%, e da catarinense, que passou de 6,1% para 6,9% de participação, no mesmo período (IBGE, 2022)⁵.

Santa Catarina, por sua vez, aumentou sua participação na indústria extrativa, passando de 33,1% para 44,2%, e de transformação, passando de 28,3 % para 29,8%. Já o Paraná reduziu sua participação na indústria extrativa, passando de 37,8% para 30,9%, e aumentou de 31,7% para 35,2% sua participação na indústria de transformação da região Sul.

Em termos gerais, a indústria do Sul do Brasil representa 27,9% do VAB total gerado em 2022. Esta é a segunda maior atividade do VAB, atrás dos segmentos dos serviços, com uma participação de 63,5%. A taxa de variação média da indústria, entre 2001 e 2024, foi de 15% no Brasil e 1,07% na região Sul. Entre 2001 e 2012, enquanto a taxa do Brasil cresceu em média 3,4%, a do Sul foi de 1,6%. Em contrapartida, no período entre 2012 e 2021, as taxas foram negativas de (-)0,9% para o Brasil e (-)0,7 para a região Sul (Trece, Considera, Kelly 2025).

Apesar do aumento do VAB industrial da região sul a indústria de transformação vem desde 2004, perdendo participação no PIB regional que passou de 22,8% para 17,8% em 2014. Portanto, há sinais efetivos de que a indústria de transformação da região Sul tem sofrido de um processo de desindustrialização regional (Silva, 2019). Para Pereira (2016) nos estados da região sul verifica-se a existência de um processo de desindustrialização relativa, e mais intensa em setores de alta intensidade tecnológica. Contudo, o autor ressalta que as unidades federadas desta região têm avançado no sentido de um novo padrão de desenvolvimento industrial, ainda que lento, de uma indústria de baixa intensidade tecnológica para uma indústria de média baixa e média alta intensidade tecnológica” (Pereira, 2016, p. 12).

3.2.3 A dinâmica dos serviços pós 2003

As atividades de serviços no Brasil apresentam, a exemplo do padrão de crescimento mundial, uma crescente e consistente geração do Valor Adicionado Bruto⁶. Assim, com base

⁵ A produção industrial do estado do Rio Grande do Sul apresentou, entre 2003 e 2024, recuos em diversas atividades, como, por exemplo, em fabricação de produtos do fumo (-25,2%), preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (-54,9%), fabricação de produtos de borracha e de material plástico (-28,2%) e metalurgia (-24,4%), entre outros (Trece, Considera, Kelly 2005). No Paraná, destaca-se o setor de fabricação de automóveis, fabricação de bebidas, de máquinas e equipamentos, de celulose e produtos de papéis, entre outros. Em Santa Catarina, destacam-se a metalurgia, com crescimento de 86,4%, a fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, com 36,7%, e a fabricação de automóveis, com 23,2% (Trece, Considera, Kelly, 2025).

⁶ A expansão do setor de serviços pode ser, assim, dividida em três etapas: a primeira, onde o setor estava intrinsecamente ligado ao processo de industrialização e urbanização (1930-1980); a segunda, decorrente da

nos dados das Contas Nacionais do IBGE, a tabela 1 demonstra que, entre 2002-2020, os valores do setor de serviços (sem a inclusão da administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social) cresceram de R\$ 644,4 bilhões em 2002 para R\$ 3,5 trilhões, o que perfaz um crescimento de 5,4 vezes. Incluindo-se os segmentos de administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, o conjunto do setor de serviços foi da ordem de R\$ 4,6 trilhões, o que representou 70,8% do VAB total. Em 2022, o VAB do setor de serviços, de 5,8 trilhões, respondeu por 67,3% do VAB total.

Tabela 1: Valor Adicionado Bruto a preços correntes dos serviços, exclusive administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social (Mil Reais)

	Ano									
	2002	2004	2006	2008	2010	2012	2014	2016	2018	
Br	644403	815527	1043094	1332296	1700905	2175781	2722857	3015716	3342944	3529079
Sul	99116	131954	160579	210242	261682	334121	422962	476614	546627	571900
PR	34972	49896	58515	78915	97169	124768	156145	177186	199520	201893
SC	21458	29051	37226	47921	62085	80005	103567	112284	132462	153999
RS	42685	53006	64837	83405	102427	129347	163249	187143	214644	216008

Fonte: IBGE, 2022.

Analisando-se a taxa de variação anual do volume do VAB do setor de serviços, verifica-se uma queda, a partir de 2011, atingindo, em 2015 e 2016, taxas de variações de (-) 2,7% e (-) 2,2%, respectivamente, em decorrência da recessão brasileira, que atingiu também o setor industrial e a agropecuária. O valor gerado em 2020 pelo setor de serviços brasileiros, demonstrados na tabela 1, apresentaram uma queda em relação ao valor gerado em 2019. Assim, se em 2019 o valor gerado foi de R\$ 3.554, em 2020 foi de R\$ 3.529 trilhões. As medidas de isolamento social adotadas para o controle do vírus provocaram a desaceleração econômica do setor de serviços como um todo. Em 2020, a variação anual acumulada do volume de serviços no Brasil foi de (-) 7,8%, conforme demonstraram Andrey Ide e Lauro Mattei (2021).

Os dados da Tabela 1 indicam que o VAB gerado entre 2002 e 2022 pela região Sul do Brasil passou de R\$ 99,1 bilhões para R\$ 571,9 bilhões, o que representa 16,6 % do valor total gerado pelo setor brasileiro. No VAB total regional, o setor de serviços representou, em 2021,

reestruturação da produção industrial nos anos de 1990; 3) e a terceira, pós-2000, marcada pela utilização crescente de alta tecnologia, novas prestações de serviços e novas formas de contratos de trabalho (Cardoso, Perobelli, 2013).

cerca de 63,5% de participação. Ainda com base nos dados, enquanto o VAB do setor de serviços do Paraná cresceu 5,7 vezes, passando de R\$ 34,9 bilhões em 2002 para R\$ 201,8 bilhões em 2020, o VAB de Santa Catarina, no setor de serviços, cresceu 7,1 vezes, contra 5 vezes do Rio Grande do Sul.

O conjunto de todos os segmentos do setor de serviços do sul do Brasil apresentou uma taxa de variação média anual de 2,4% entre 2001 e 2024, inferior à brasileira, que foi de 2,5%. Contudo, entre 2012 e 2021, a taxa de variação da região Sul do Brasil foi de 1,0%, contra 0,4% do setor de serviços brasileiros (Trece, Considera, Kelly, 2025).

Utilizando os informativos da Pesquisa Anual de Serviços do IBGE, verifica-se que, em 2020, as atividades de prestação de serviços não financeiros contaram com 1,4 milhão de empresas, responsáveis por empregar 12,5 milhões de pessoas e gerar R\$ 1,1 trilhão de valor adicionado. Em 2022, a receita bruta das empresas prestadoras de serviços não financeiros totalizou R\$ 3,1 trilhões. Por sua vez, o VAB foi de R\$ 1,5 trilhão de reais. Em 2022, as empresas prestadoras de serviços não financeiros registraram 14,2 milhões de pessoas ocupadas, ultrapassando em 5,8% o volume registrado em 2021 (IBGE/PAS, 2022).

Regionalmente, em 2022, a Região Sudeste foi responsável por 65,4% da receita bruta de serviços, seguida pelas Regiões Sul (14,7%), Nordeste (9,8%), Centro-Oeste (7,4%) e Norte (2,6%). Nos últimos 10 anos, conforme a PAS (2022), as regiões brasileiras apresentaram uma relativa estabilidade na composição da receita bruta de serviços. Na Região Sul, o Paraná participou com 35,8% da receita bruta, seguido do estado do Rio Grande do Sul, com 32,7%, e Santa Catarina, com 31,5%. Chama atenção que, entre 2013 e 2022, Santa Catarina avançou 7,3 pontos percentuais na participação da região, enquanto o Rio Grande do Sul recuou 4,6 pontos percentuais (IBGE/PAS, 2022).

Com base nos indicadores analisados, pode-se afirmar que, entre 2002 e 2020, as atividades da agropecuária, industriais e de serviços da região Sul do Brasil apresentaram dinamismos diferenciados em termos de VBP e VAB. Em determinadas conjunturas, as diferenciações manifestaram-se intrarregionalmente. Chama atenção a perda absoluta e relativa das atividades produtivas do estado do Rio Grande do Sul em contraposição ao crescimento das atividades produtivas do Paraná e de Santa Catarina, conforme os indicadores selecionados.

4 Brasil e a região sul nas exportações mundiais pós 2003

O comércio mundial vem, desde 1973, apresentando um crescimento superior ao crescimento do PIB mundial. Entre 1980 e 2011, o comércio mundial, em termos de valores, cresceu 9,1 vezes, contra 6,9 vezes do PIB. Entre 1990 e 2011, o crescimento do comércio mundial foi da ordem de 5,2%, contra 3,14 do PIB (Espindola, 2014). A ampliação do comércio internacional possibilitou a emersão de novos competidores no mercado mundial. Assim sendo, países como Japão, Índia e China passaram a participar ativamente da divisão internacional do trabalho de bens e serviços (AMSDEN, 2009)⁷.

Com uma participação de 1,0% do comércio global, as exportações brasileiras, em 2023, alcançaram, em termos de receita, em torno de US\$ 339,6 bilhões, superando em 1,7% o valor de 2022. Nesse mesmo ano, as importações brasileiras totalizaram US\$ 240,7 bilhões, um valor que contribuiu para uma balança comercial de US\$ 98,8 bilhões. Em 2019, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 224 bilhões, registrando uma queda de 7,5% em relação a 2018, quando somaram US\$ 239,2 bilhões, uma redução impulsionada por um menor dinamismo no comércio mundial e o impacto da crise econômica na Argentina. Já em 2020, enquanto as exportações brasileiras totalizaram US\$ 209,9 bilhões, as importações somaram US\$ 158,9 bilhões, o que representou um superávit de US\$ 50,9 bilhões na balança comercial.

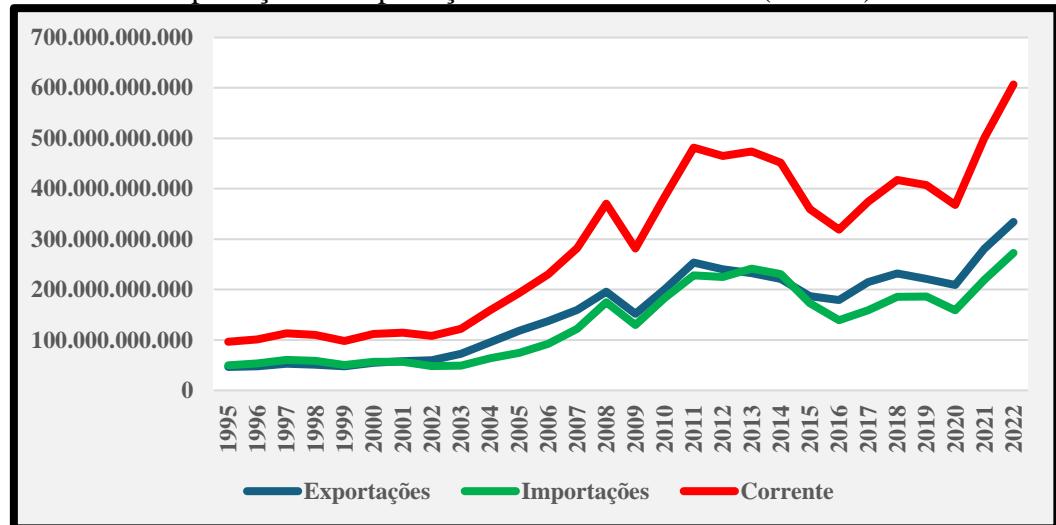
O gráfico 5 apresenta as exportações e importações totais do Brasil. Verifica-se que, a partir de 2002, as exportações superaram as importações. Excetua-se os anos de 2013 e 2014, quando as exportações decaíram de US\$ 232,5 bilhões para US\$ 220,9 bilhões, no período. Já as importações, em 2014, foram de US\$ 230,8 bilhões, o que resultou em saldo negativo da balança comercial em torno de US\$ 9,8 bilhões.

Analizando -se o comportamento das exportações e das importações, verifica-se, no gráfico 5, que, a partir de 1999, as importações reduziram-se e as exportações ampliaram-se, em função da desvalorização cambial. Devido ao crescimento da economia brasileira pós-2003 e a apreciação cambial, as importações apresentaram uma trajetória de crescimento. A crise financeira internacional de 2007/2008 refletiu na redução do fluxo de comércio internacional e impactou fortemente nas exportações e importações brasileiras, que apresentaram uma queda

⁷ Enquanto os EUA reduziram sua participação de 12,3% em 1973 para 8,3% em 2011, a Europa diminuiu sua participação de 50,9% para 37,1%, no mesmo período. Em contrapartida, a Ásia passou de 14,9% para 31,1%. Tomando-se como base os anos de 2000-2010, enquanto o comércio mundial cresceu 136%, a China cresceu 534%, contra 424% da Índia, 277% da Rússia e 267% do Brasil (Espíndola, 2014). O aumento de participação da China é excepcional. Em 1950, a China participava com 0,97% das exportações mundiais, contra 16,6% dos EUA e 10,6% do Reino Unido. Em 2011, enquanto a China obtinha 11,75% de participação mundial, os EUA reduziam sua participação para 9,69%.

em valores de US\$ 195,7 bilhões exportados em 2008 para US\$ 151,7 bilhões em 2009. As importações, por sua vez, saíram da casa dos US\$ 174,7 bilhões para US\$ 129,3 bilhões.

Gráfico 5: Exportações e importações brasileiras em US\$ (bilhões).



Fonte: Brasil (2023).

O biênio 2010/2011 apresentou uma recuperação do crescimento das exportações e das importações. Enquanto as exportações cresceram de US\$ 200,4 bilhões para US\$ 253,6 bilhões, as importações passaram de US\$ 183,3 bilhões para US\$ 227,9 bilhões, atingindo um crescimento de 26,5% e 24,3%, respectivamente. Contudo, conforme o gráfico 5, as exportações e as importações, a partir de 2011, apresentaram um declínio, em função da diminuição do ritmo da economia brasileira. Na recessão de 2015-2016, as exportações passaram de US\$ 186,7 bilhões para US\$ 179,5 bilhões, e as importações de US\$ 173,1 bilhões para US\$ 139,3 bilhões no período.

O ano de 2017 marcou a recuperação das exportações e das importações, com um valor de US\$ 214,9 bilhões exportados e US\$ 158,9 bilhões importados, que perfizeram um valor total de US\$ 373,9 bilhões, conforme gráfico 5. Em 2019 e 2020, novamente as exportações apresentaram decréscimo. Enquanto as exportações apresentaram taxa de crescimento de (-) 4,6% para (-) 5,4%, as importações saíram de 0,3% de crescimento para (-) 14,6%. Para o ano de 2019, a redução pode ser explicada pela crise econômica na Argentina, a desaceleração da economia brasileira, a crise suína na China, a guerra comercial entre EUA e China, a desaceleração do crescimento global e a alta do dólar. Já a queda de 2020 está diretamente vinculada à pandemia.

Em termos de pauta exportadora brasileira, desde 2010 vem predominando a participação dos produtos ditos básicos, seguido pelos produtos manufaturados e

semimanufaturados. Entre 1999 e 2014, houve um crescimento de 826% dos produtos básicos, 264% dos semimanufaturados e 193% dos manufaturados. Em 1999, os básicos correspondiam a 25% do total do valor exportado, os semimanufaturados a 17%, e os manufaturados a 57%.

Em 2008, os produtos manufaturados participavam com 48% do total das exportações, superior à participação dos produtos básicos e semimanufaturados, que eram de 38% e 14%, respectivamente (Lopes, 2020)⁸. Entre 2010 e 2018, a média de participação dos produtos básicos na pauta exportadora aumentou para 32,3% ante os 25,5% de participação média entre 2000 e 2009. Por sua vez, a participação dos produtos manufaturados nesses dois períodos caiu de 63,4% para 57,5%. Processo semelhante ocorreu com os semimanufaturados, que diminuíram sua participação de 16,3% para 9,3% (Garcia, 2019).

Em termos gerais, os produtos da agropecuária aumentam sua participação de 8,1% do total exportado em 2000 para mais de 22% no ano de 2022, já a indústria extrativa apresenta um crescimento de 6,7% para 22,8% no mesmo período. Em contrapartida, a indústria de transformação obteve uma queda de 80% de todo o total vendido ao exterior para 57% (MDIC, 2023).

Esses dados evidenciam, a partir dos estudos de Gonçalves (2011), Oliveira, Gomes (2011), que as exportações brasileiras estão passando por processo de reprimarização. Nas palavras de Gonçalves (2011), existe um nítido processo de reprimarização da economia brasileira, com o avanço da agropecuária e da mineração em detrimento da indústria de transformação. Lamoso (2020, p. 03) afirma que, nas condições recentes em escala nacional, a pauta exportadora brasileira já chegou ao fenômeno da reprimarização. Contudo, a autora faz uma ressalva: “A reprimarização pode ser generalizada para as exportações brasileiras como um todo, mas ela se particulariza de forma diferente nas unidades da federação. Há estados que sempre participaram do comércio internacional como vendedores de *commodities*, portanto a eles não se aplica o termo “reprimarização” (Lamoso, 2020, p. 7).

Com base nos dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), as exportações do sul do Brasil apresentaram, em 2023, um valor de US\$ 52,9 bilhões, o que representa 17,4% das exportações brasileiras (Brasil, 2024). Desse total exportado, 42,7% são de responsabilidade do estado do Paraná, seguido de 37,6% do Rio Grande do Sul e 19,5%

⁸ Segundo Sarti e Hiratuka (2017), entre 2009 e 2014, a participação brasileira nas exportações mundiais de manufaturados caiu de 0,8% para 0,6%. Os fatores para o caso brasileiro podem ser resumidos em: i) o forte crescimento da China e sua crescente demanda por produtos básicos brasileiros; ii) o baixo crescimento econômico de importantes mercados consumidores de produtos manufaturados brasileiros; e iii) a redução da fatia de mercado dos manufaturados brasileiros (Lopes, 2020)

de Santa Catarina. Entre 2003 e 2023, o crescimento das exportações do sul do Brasil foi de 3,1 vezes, com destaque para o estado do Paraná, que cresceu 3,5 vezes. Isto é, as exportações cresceram de US\$ 7,1 bilhões para US\$ 25,3 bilhões. Por sua vez, Santa Catarina cresceu 3,2 vezes, contra 2,7 vezes do Rio Grande do Sul. Enquanto as exportações catarinenses passaram de US\$ 3,6 bilhões para US\$ 11,6 bilhões, as exportações gaúchas subiram de US\$ 8 bilhões para US\$ 22,3 bilhões.

A crise de 2008, além de afetar o desempenho da economia e das exportações brasileiras e mundiais, impactou as exportações da região, que apresentaram uma queda de 27,5% entre 2008 e 2009. As maiores quedas foram nas exportações paranaenses e catarinenses, que apresentaram 36,9% e 28,1%, respectivamente, passando de US\$ 15,2 bilhões para US\$ 11,1 bilhões, no caso do Paraná, e de US\$ 8,2 bilhões para US\$ 6,4 bilhões para o estado catarinense. As exportações do Rio Grande do Sul caíram de US\$ 18,3 bilhões para US\$ 15,2 bilhões (Brasil, 2021).

A recessão da economia brasileira e a pandemia impactaram as exportações da região Sul e de suas unidades federativas. Entre 2014 e 2016, as exportações do sul do Brasil passaram de US\$ 43,8 bilhões para US\$ 39,1 bilhões. Já entre 2019 e 2020, as exportações totais da região caíram 36%, passando de US\$ 43,8 bilhões para US\$ 32,2 bilhões (Brasil, 2021).

Em termos de pauta exportadora, as exportações da região Sul do Brasil concentram-se em produtos da agropecuária (Silveira, Festel, Brum, 2019). Contudo, segundo Lamoso (2020, p. 42), na região Sul dois importantes estados industriais estão exportando “produtos primários (Paraná e Rio Grande do Sul), ambos com infraestrutura de transportes, ferrovias e sistemas portuários relevantes”. Portanto, passaram por um processo de reprimarização. Ainda segundo a autora, o estado de Santa Catarina exporta produtos industrializados, como “carnes de aves e suas miudezas (19%), motores de pistão e suas partes (4,85), geradores elétricos giratórios e suas partes, madeira parcialmente trabalhada, folheados contraplacados e suas partes” (Lamoso, 2020, p. 43).

5. Considerações Finais

Demonstrou-se, neste artigo, que a economia brasileira, entre 2003 e 2022, passou por dois períodos distintos em termos de desempenho, que se manifestaram nos indicadores econômicos, sobretudo no PIB. Os dois períodos, 2003-2011 e pós-2011, foram impactados por três eventos distintos, como a crise financeira mundial de 2007/08, a recessão brasileira de 2015/16 e a pandemia em 2019/20, que resultaram em taxas negativas do PIB.

Afirmou-se que a evolução do PIB da região Sul manteve-se abaixo do PIB nacional ao longo de quase todo o período 2001-2024. Contudo, as unidades federadas apresentaram desempenhos diferenciados. Enquanto o estado catarinense apresentou um crescimento do PIB de 2,7%, o crescimento do Paraná foi de 2,3% e o estado do Rio Grande do Sul cresceu 2,2%. Ressaltou-se, ainda, que, em relação ao crescimento médio do PIB entre 2001 e 2024, Santa Catarina cresceu 2,5% ao ano, tendo sido o único estado da região Sul que cresceu mais do que o do Brasil.

Argumentou-se que as atividades da agropecuária, industriais e de serviços da região Sul do Brasil apresentaram dinamismos diferenciados em termos de VBP e VAB. Em determinadas conjunturas, as diferenciações manifestaram-se intrarregionalmente. Chama atenção a perda absoluta e relativa das atividades produtivas do estado do Rio Grande do Sul em contraposição ao crescimento das atividades produtivas do Paraná e de Santa Catarina, conforme os indicadores selecionados.

Destacou-se que no período recente vem ocorrendo um crescimento menor do comércio mundial em relação ao PIB. Neste contexto, apontaram-se os movimentos cíclicos das exportações brasileiras, indicando, em termos de pauta exportadora brasileira, um crescimento da participação dos produtos ditos básicos, seguido pelos produtos manufaturados e semimanufaturados, revelando, com isso, uma reprimarização da economia brasileira. Contudo, há estados que sempre participaram do comércio internacional como vendedores de produtos básicos. Evidenciou-se que, na região Sul do Brasil, os estados do Rio Grande do Sul e Paraná estão passando por um processo de reprimarização da pauta exportadora, em contraposição ao estado de Santa Catarina, que exporta produtos industrializados.

Agradecimentos

Agradecimentos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão da bolsa Produtividade (PQ 2).

Referências

AMSDEN, A. **A ascensão do resto.** São Paulo: UNESP, 2009.

ACCURSO, Jorge. S. **Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90.** FLIGENSPAN, F. B (coord.). Porto Alegre: FEE, 2000. 515p. Disponível em: https://cdn.fee.tche.br/publicacoes/digitalizacao/economia_gaucha_e_reestruturação_nos_anos_90.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

BCB. Banco Central do Brasil. Evolução da pauta exportadora brasileira e seus determinantes. **Estudo Especial** n. 38, v. 21. Brasília, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/Evolucao_da_pauta_exportadora_brasileira_e_seus_determinantes.pdf. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat, dados gerais**. 2021. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat, dados gerais**. 2023. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 mai. 2025.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). **Comex Stat, dados gerais**. 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>. Acesso em: 20 mai. 2025.

CANO, Wilson; SILVA, Ana, L. D. da. Política industrial do governo Lula. In: **Os Anos Lula**: contribuições críticas para um balanço crítico 2003-2010. Rio de Janeiro: Garamond, 2010, v. 1, p. 181-208.

CARDOSO, V. L. PEROBELL. A intensidade de serviços na economia brasileira: uma abordagem de insumo-produto. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 41, 2014, **Anais** [...]. 2014. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2013/files_I/i9-4654df7c1b05083ddd3bf5ab5c49086d.pdf. Acesso em 06 mai. 2025.

CEPEA. Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **PIB do agronegócio brasileiro**. 2020. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-doagronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 01 jun, 2025.

CONTRI, André Luis. Considerações sobre a evolução industrial brasileira e o parque industrial gaúcho – 2002-2020. **Textos para Discussão DEE/SPGG**. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2021.

DINIZ, C. C. Corrida científica e tecnológica e reestruturação produtiva: impactos geoeconômicos e geopolíticos. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 241-257, maio-ago. 2019.

EPAGRI/ICEPA. Instituto de Estudos de Safras e Mercados. **Síntese anual da agricultura de Santa Catarina**. 2005. Disponível em: <https://cepa.epagri.sc.gov.br/index.php/publicacoes/sintese-anual-da-agricultura/>. Acesso em: 07 mar. 2025.

ESPÍNDOLA, Carlos. J. As duas macroformações socioespaciais do Sul do Brasil na gênese da indústria de carnes. **Ensaios FEE**, v. 37, p. 715-738, 2016.

ESPÍNDOLA, Carlos, J. O impacto geoeconômico da reestruturação técnico-econômica nas estruturas produtivas catarinenses pós-1990. **Formação**. v. 25. Presidente Prudente/SP. p. 97-117, 2018.

GARCIA, Ana L. As exportações brasileiras entre 1998-2018: Uma análise da reprimarização, **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994. p. 220.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municios.html>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2021 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municios.html>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sistemas de Contas Nacionais**. Rio De Janeiro, 2022 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9054-contas-regionais-do-brasil.html>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Anual de Serviços**. Rio De Janeiro, 2022 Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produto Interno Bruto dos Municípios**. Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municios.html>. Acesso em: 05 mai. 2025.

IDE, A; MATTEI, L. Análise dos impactos da covid-19 sobre o setor de serviços no Brasil e em Santa Catarina. **Revista NECAT**. Ano 10, n. 20, Jul-Dez/ 2021. Disponível em: <https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/revistanecat/article/view/5342>. Acesso 10 mai 2025.

IPARDES, Instituto paranaense de desenvolvimento econômico e social. **Leituras regionais**: mesorregiões geográficas paranaenses. Curitiba: Ipardes, 2004. disponível em: http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/leituras_reg_meso_oeste.pdf. acesso 15 mai. 2022.

KON, A. Sobre as atividades de serviço: revendo conceitos e tipologias. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 19, n. 2 (74), p. 64-83, abr./jun.1999.

LACERDA, Antônio Corrêa de. Dinâmica e evolução da crise: discutindo alternativas. **Estudos Avançados**, São Paulo, n. 31, v. 89, p. 37-49, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/hFgmLvZ55KFGGGcNBZQQc9m/?lang=pt>. Acesso em:13 abr. 2022.

LAMOSO, Lisandra, P. Reprimarização no território brasileiro. *In: Espaço e Economia. Revista Brasileira de Geografia econômica*, ano IX, n. 19, 2020.

LAPLANE, Mariano Francisco. A Indústria ainda é o motor do crescimento? Teorias e evidências. In: DE TONI, Jackson. **Dez anos de Política Industrial: Balanço e perspectivas.** Brasília: ABDI, 2015.

LOPES, Victor T. A reprimarização das exportações brasileiras em perspectiva histórica de longa duração. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 174-203, 2020.

NASSIF, L.; TEIXEIRA, L.; ROCHA, F. Houve redução do impacto da indústria na economia brasileira no período 1996-2009? Uma análise das matrizes insumo-produto. **Economia e Sociedade**, v. 24, n. 54, p. 355–378, 2015.

OLIVEIRA, P. R; GOMES, L. A evolução da pauta exportadora brasileira no período 1999-2014. **Revista Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 4 n. 1, janeiro-junho de 2018.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. *Revista de Economia Política*, vol. 30, n. 2 (118), pp. 219-232, abril-junho/2010.

PEREIRA, Wallace M. **Mudança estrutural e desindustrialização na região Sul do Brasil: um estudo comparado.** 2016. 227 f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SEAPA, Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento- SEAPA. **Valor Bruto da Produção.** Minas Gerais, 2025. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/agricultura/noticias/valor-bruto-da-producao-agropecuaria-mineira-deve-alcancar-recorde-de-r-1271>. Acesso em: 15 mai 2025.

SERRANO, F.; SUMMA, R. A demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileira de 2011 a 2014. **Nova economia**, v. 25, 2015, p. 803-833.

SILVA J. A. A desindustrialização na região Sul. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 21, n. 45, p. 531-550, mai/ago 2019

SILVEIRA, D. C. FEISEL, P. R.; BRUM, A. L. As exportações da região Sul do Brasil: uma análise do setor agropecuário. **Revista Redes**, v. 24, n. 3, p. 272-294, 2019.

TRECE, J; CONSIDERA, C. KELLY, I. Economia da Região Sul: três evoluções distintas de PIB nas últimas duas décadas. **Fundação Getúlio Vargas/IBRE**. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/noticias/economia-da-regiao-sul-tres-evolucoes-distintas-de-pib-nas-ultimas-duas-decadas>. Acesso em: 20 mai. 2025.